



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES

PROCESSO Nº 13884/000.171/90-30

SESSÃO DE 22 DE SETEMBRO DE 1993

ACÓRDÃO Nº 101-85.664

RECURSO Nº: 63.249 - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

RECORRENTE: EMPRESA DE ONIBUS SÃO BENTO LTDA.

RECORRIDA: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM TAUBATE (SP)

PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO - Mandado de Segurança - Deve ser indeferido o pedido de reconsideração apreciado apenas por força de decisão judicial, se o contribuinte nada de novo traz ao processo capaz de alterar anterior decisão do Colegiado.

Acórdão original mantido.

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de pedido de reconsideração interposto por EMPRESA DE ONIBUS SÃO BENTO LTDA.

ACORDAM os Membros da Primeira Câmara do Primeiro Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em conhecer do pedido de reconsideração, por força de decisão judicial e, no mérito, indeferi-lo.

Sala de Sessões - DF, 22 de setembro de 1993

MARIAM SEIF

- PRESIDENTE E RELATORA

ANTONIO WALAS VODOPIVES

- PROCURADOR DA  
FAZENDA NACIONAL

VISTO EM  
SESSÃO DE: 23 SET 1993

Participaram, ainda, do presente julgamento: CARLOS ALBERTO GONÇALVES NUNES, JEZER DE OLIVEIRA CÂNDIDO, CELSO ALVES FEITOSA, RAUL PIMENTEL, RAIMUNDO SOARES DE CARVALHO, SEBASTIÃO RODRIGUES CABRAL. Ausente, justificadamente, o Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MIRANDA.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES

PROCESSO Nº 13884/000.171/90-30

RECURSO Nº: 63.249 - PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO

ACORDÃO Nº: 101-85.664

RECORRENTE: EMPRESA DE ONIBUS SÃO BENTO LTDA.

RECORRIDA: DELEGACIA DA RECEITA FEDERAL EM TAUBATE (SP)

### R E L A T Ó R I O

O presente processo foi julgado por esta Câmara em Sessão realizada em 07.11.91, ocasião em que foi apresentado o relatório que consta à fls. 43, da lavra do ilustre Conselheiro Carlos Alberto Gonçalves Nunes, e que ora leio, para melhor lembrança dos demais membros deste Colegiado.

Na oportunidade, esta Câmara, por unanimidade de votos, negou provimento ao recurso, como faz certo o Acórdão nº 101-82.320, assim ementado:

"FINSOCIAL - DECORRENCIA - Não é necessário aguardar que se esgote a instância administrativa, em relação ao lançamento do imposto de renda por declaração, para somente então promover-se o lançamento da contribuição para o FINSOCIAL, posto que se tratam de duas relações jurídicas distintas, embora geradas de um mesmo fato econômico. A utilização da prova produzida em outro processo, dito principal, não impede a tramitação dos autos que se servem da prova emprestada, requerendo-se apenas que os atos administrativos a serem nele praticados sejam posteriores e consentâneos com os realizados naquele. Reconhecida no processo principal a ocorrência do fato econômico que acarreta a repercussão na fonte, é de se manter a decisão recorrida."

Como se depreende da ementa supra, trata-se de processo decorrente do de nº 13884/000.167/90-62, de interesse da empresa supra identificada, cujo recurso voluntário foi autuado neste Conselho sob o nº 98.898, que, de igual forma, foi submetido ao julgamento deste Colegiado, o qual concluiu, pelo improvimento do apelo, nos termos da decisão consubstanciada no Acórdão nº 101-82.119, de 08.10.91.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUINTE

PROCESSO Nº 13884/000.171/90-30

ACORDÃO Nº 101- 85.664

Inconformada com aludida decisão, a contribuinte ingressou com o pedido de reconsideração de fls. 49/51, reeditando os fundamentos expendidos no pedido de reconsideração apresentado no processo principal, o qual teve seu seguimento indeferido pela autoridade de primeira instância.

Contra esse ato a empresa impetrou Mandado de Segurança junto à 2ª Vara da Justiça Federal em São José dos Campos (SP), a fim de ver seu pedido de reconsideração aceito e encaminhado a este Conselho para reexame da matéria.

Concedida a liminar, de conformidade com o despacho anexo às fls. 85, retornam os autos a esta Câmara, para que seja apreciado, no mérito, o pedido de reconsideração interposto pela contribuinte.

E o relatório.

V O T O

Conselheira MARIAM SEIF, Relatora

Tomo conhecimento do pedido, por força da sentença concessiva do mandado de segurança, e em observância à orientação prolatada no Parecer PGFN/CRFN/Nº 842, de 04.11.88, pelo qual a Coordenação de Representação da Fazenda Nacional concluiu:

"Prolatada a sentença concessiva de mandado de segurança contra decisão do Conselho denegatória do pedido de reconsideração, cumpre da imediato cumprimento ao decisor, conhecendo-se daquele pedido e julgando-o de plano, com o que se encerrará de logo o processo administrativo tributário."

No tocante ao mérito do pedido, tratando-se de exigência reflexa, é cediço nesta instância administrativa que sua sorte vincula-se ao decidido no processo principal, dada a estreita relação de causa e efeito entre os dois lançamentos, por repousarem em um mesmo suporte fático.



MINISTÉRIO DA FAZENDA

PRIMEIRO CONSELHO DE CONTRIBUÍNTES

PROCESSO Nº 13884/000.171/90-30

ACORDÃO Nº 101- 85.664

No presente caso, observa-se que esta Câmara, apreciando o pedido de reconsideração apresentado no processo principal, concluiu, à unanimidade de votos, por seu conhecimento, por força de decisão judicial e, no mérito, indeferir-lo, uma vez que a apelante nada de novo trouxe ao processo capaz de alterar a decisão anteriormente prolatada.

Sendo assim, e tendo em vista que não se apresenta nestes autos qualquer elemento novo capaz de alterar o entendimento fixado no processo principal, impõe-se que decisão consuetânea seja adotada nestes autos.

Isto posto, voto por conhecer do pedido de reconsideração, por força de decisão judicial e, no mérito, indeferir-lo.

Brasília, DF, 22 de setembro de 1993

MARIZEM SEIF - RELATORA